



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

A “MÁQUINA” DE IMPLEMENTAÇÃO DA ESCOLA MODERNA NO BRASIL: OS GRUPOS ESCOLARES E SUA FUNÇÃO SOCIAL DE NORMATIZAR NA PASSAGEM PARA O SÉCULO XX

Mariana Rodrigues Piccolo
(UESB)

Karina Pereira Pinto**
(UESB)

RESUMO

Essa organização escolar que conhecemos hoje nem sempre existiu, ela é resultado de um processo sócio-histórico. Neste artigo objetiva-se discutir como esta escola que é vivenciada por nós se constituiu. Para isso pensa a implementação dos grupos escolares, que inauguram a escola moderna no Brasil, e suas inovações pedagógico-administrativas. Desnaturalizar os mecanismos de normatização impostos desde os finais do século XIX é, sem dúvida, um dos caminhos para alcançarmos uma educação realmente democrática e multicultural hoje.

PALAVRAS-CHAVE: Escola moderna. Grupos escolares. Normatização.

INTRODUÇÃO

A escola, como é conhecida hoje, é bastante naturalizada por todos. Poucos são os que questionam a organização escolar que está instituída, com dezenas de alunos classificados que estudam e fazem as mesmas atividades simultaneamente, salas de aula, professores especializados em uma disciplina, pátios, bibliotecas,

· Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Bolsista de Iniciação Científica CNPq. Pesquisadora no grupo de pesquisas “Saberes psicológicos e Produção de Subjetividades: História, Educação, Diversidade Sociocultural, e suas interfaces”.

** Professora Doutora do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Orientadora no grupo de pesquisas “Saberes psicológicos e Produção de Subjetividades: História, Educação, Diversidade Sociocultural, e suas interfaces”.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

materiais didáticos, saberes científicos a serem ensinados, aulas rigidamente cronometradas, etc. Mas, será que a escola sempre funcionou dessa forma? Com muita convicção a resposta é não, porém, como esta instituição se transformou no que conhecemos hoje? Neste artigo discutir-se-á como uma verdadeira “máquina” de implementação da escola moderna, com discursos e práticas muito bem articulados, foi colocada em operação na sociedade brasileira na transição do século XIX para o XX.

Durante todo o século XIX, no Brasil, há a tentativa de fortalecer o aparelho estatal em detrimento da estrutura patriarcal existente desde o período colonial. Neste contexto, afastar a educação do âmbito doméstico se faz bastante conveniente facilitando um rompimento com o passado imperial (FARIA FILHO; VIDAL, 2000, SOUZA, 1998). A educação escolarizada se tornou um trunfo político, social e ideológico para alcançar o objetivo de consolidação do regime republicano no Brasil. Implantar um modelo escolar tão diferente do que existia até então não foi algo que se deu de uma hora para outra. Um processo sócio-histórico se desenvolveu para que esta escola da modernidade se estabelecesse e se transformasse no espaço de maior prestígio para a educação das crianças e jovens brasileiros.

No século XIX existiram alguns modelos escolares, dentre eles as chamadas escolas de improviso, que deviam sua existência à reunião de pais que tomavam a iniciativa de proporcionar a escolarização de seus filhos. A participação estatal quando não nula, era mínima. Nas escolas de improviso, primordialmente se aprendia a escrita, a leitura e os cálculos. (FARIA FILHO; VIDAL, 2000).

Logo após a proclamação da República, surgem os grupos escolares, em oposição às escolas de improviso. A criação dos grupos escolares inaugura a escola moderna brasileira, que foi concebida como uma instituição modeladora da criança e da sociedade, perfeita para a utilização de práticas voltadas para o disciplinamento. Com esse objetivo a “máquina” de implementação dessa escola



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

moderna entra em atuação a fim de auxiliar na ordenação e normatização do social. Aqui se evidenciará como suas engrenagens de práticas e discursos bem sincronizados provocam uma série de mudanças nos campos administrativo e pedagógico garantindo na memória coletiva da população brasileira a superioridade e especificidade dessa instituição diante de qualquer outra forma de educação não escolarizada. Segundo Souza (1998, p. 16):

Quando essa nova modalidade de escola primária foi criada no Estado de São Paulo, no início da década de 1890, ela representou uma das mais importantes inovações no ensino. Tratava-se de uma organização administrativa e pedagógica mais complexa concebida nos princípios da racionalidade científica e na divisão do trabalho. Assim, a racionalidade pedagógica fundamentava-se na classificação dos alunos, no estabelecimento de um plano de estudos e na determinação da jornada escolar, resultando em um ensino mais homogêneo, padronizado e uniforme.

Antes de questionar as especificidades do funcionamento interno dos grupos escolares é preciso refletir sobre a relação que os mesmos estabelecem com a cidade, que também funciona como dispositivo normatizador e se pretende moderna. No início do século XX, as metrópoles brasileiras se deparam com um problema: o seu rápido crescimento. Estas cidades não tinham a infraestrutura adequada para receber o grande contingente populacional atraído pela industrialização e somava-se a isso a conduta desregrada dos cidadãos. Neste contexto, se desenvolve a proliferação de doenças, uma ameaça que pairava na sociedade brasileira de então. A escola é utilizada como instrumento de normatização e disciplinamento dos brasileiros, pois ela se configura como uma agente propagadora dos ideais científicos higienistas.

Os ditames higiênicos tinham por objetivo, segundo Rocha (2003), eliminar atitudes viciosas e criar um modo de vida saudável, enquadrando os escolares em um sistema fundamental de hábitos que prevenisse as doenças. A higiene, então, deixa de ser vista como algo de âmbito particular e familiar. Agora ela é encarada



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

como uma preocupação social. Para tanto, nada melhor do que a prevenção: o saber médico passa a propagar ideias da medicina preventiva e, para a prevenção apelavam à educação. A escola moderna passa a ser um importante veículo dos preceitos médicos e normatização social através da sua ação junto às crianças.

A infância é o maior alvo da educação sanitária, pois apresenta a “plasticidade e maleabilidade” necessárias para se formular um sistema de hábitos higiênicos. Em contraposição, os adultos detêm um sistema pronto e rijo, com atitudes viciosas difíceis de serem abandonadas. O que se esperava era que as crianças naturalizassem as práticas higiênicas e as propagassem por toda a sociedade (ROCHA, 2003).

Com a finalidade de disciplinar os corpos e as mentes para os ditames higiênicos, a escola estabelece normas e dispositivos disciplinares que estão presentes em seu cotidiano. Rocha (2003), destaca que os professores são peças fundamentais para o alcance da educação higiênica. Eles, em primeiro lugar, devem ter uma conduta exemplar a fim de estimular os discentes para que busquem os hábitos tidos como adequados. São os docentes que interrogam os alunos para descobrir informações que deem subsídios para que o discurso médico chegue com mais intensidade às casas dos brasileiros. Além disso, revistas nos alunos são realizadas de tempos em tempos para verificar sua higiene pessoal, fortalecendo o controle, além de estimular a vigilância entre as crianças. Em função da simbolização do papel social da escola que se construiu em finais do século XIX e início do XX, e a ação dos dispositivos disciplinares, aos poucos, as máximas higiênicas foram incorporadas pela sociedade brasileira.

O Estado utiliza-se e dá aval ao discurso médico que se vê ainda mais fortalecido pelo cientificismo que envolve suas práticas. A influência na escola moderna chega mesmo ao campo pedagógico, quando é percebida uma vontade, mesmo que não explicitada, em controlar os tempos e espaços escolares. O discurso médico vai determinar quais são os horários em que as crianças devem



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

comer, quantas horas de aula elas suportam sem intervalos, quanto tempo deve durar cada aula, quais são as atividades físicas que devem ser realizadas no interior das escolas. A influência não é diferente nos espaços escolares, os higienistas ditam as condições de iluminação e ventilação necessárias aos educandos, as condições sanitárias dos banheiros, os tamanhos e disposição das salas, enfim, de toda a configuração espacial dos grupos escolares.

Pensando na relação dos grupos escolares com a cidade, pode-se evidenciar a questão posta por Foucault que diz “a disciplina às vezes exige a *cerca*, a especificação de um local heterogêneo a todos os outros e fechado em si mesmo” (1999, p. 122). Os grupos escolares, essencialmente urbanos, diferenciam-se de tudo o que há em seu entorno, com sua cultura singular. Representam a cultura, a modernidade, o progresso e a república, afirmando uma posição de superioridade em relação a todas as outras formas de ensino (SOUZA, 1998). Através dessa afirmação há a tentativa de inculcar na população a ideia de que os conhecimentos e valores ensinados e propagados por essas instituições são os mais adequados à vida social em detrimento de quaisquer outros que possam existir. Escolano acrescenta:

A arquitetura escolar pode ser vista como um programa educador, ou seja, como um elemento do currículo invisível ou silencioso, ainda que ela seja, por si mesma, bem explícita ou manifesta. A localização da escola e suas relações com a ordem urbana das populações, o traçado arquitetônico do edifício, seus elementos simbólicos próprios ou incorporados e a decoração exterior e interior respondem a padrões culturais e pedagógicos que a criança internaliza e aprende (2001, p. 45).

O espaço escolar, portanto, não é apenas o cenário onde se dá a educação formal. Através da arquitetura escolar se impõe um sistema de valores, como os de ordem, disciplina e vigilância. Com seus símbolos estéticos, culturais e ideológicos



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

inculca condutas e padrões nas crianças, configurando-se como uma “forma silenciosa de ensino” (ESCOLANO, 2001).

Percebe-se, ainda, que tais prédios se prestam, também, a propagandear o governo:

A arquitetura escolar pública nasceu imbuída do papel de propagar a ação de governos pela educação democrática. Como prédio público, devia divulgar a imagem de estabilidade e nobreza das administrações. [...] Um dos atributos que resultam desta busca é a monumentalidade, consequência de uma excessiva preocupação em serem as escolas públicas, edifícios muito ‘evidentes’, facilmente percebidos e identificados como espaços da esfera governamental (WOLFF *apud* FARIA FILHO; VIDAL, 2000, p. 24).

Para implementação da escola moderna no Brasil a arquitetura escolar se configurou como importante peça, pois o prédio escolar estabelece uma relação com o seu entorno e pode induzir a população a supervalorizar a instituição escolar através da simbolização do papel social da escola.

No intuito de atender ao maior número de crianças possível e que essas levassem para dentro de suas casas os ensinamentos aprendidos nos grupos escolares implanta-se o método simultâneo e a seriação, que até hoje são utilizados na maioria das escolas brasileiras. O método simultâneo,

dividia as classes segundo um mesmo nível de conhecimentos e de idade dos alunos, eram entregues a uma professora, às vezes acompanhada de uma assistente, que deveria propor tarefas coletivas. Cada um e todos os alunos teriam que executar uma mesma atividade a um só tempo (FARIA FILHO; VIDAL, 2000, p. 25).

Para que a efetiva implementação do método simultâneo e da seriação ocorresse, mudanças se fizeram no interior das escolas. Segundo Faria Filho; Vidal:



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Os materiais didáticos do ensino intuitivo, as carteiras fixas no chão, e a posição central da professora pareciam indicar lugares definidos para alunos e mestra em sala de aula. Fora da sala, o pátio era o local de distribuição das crianças. Atividades como ginástica ou canto ali realizadas pretendiam conferir usos apropriados ao espaço. A rígida divisão dos sexos, a indicação precisa de espaços individuais na sala de aula e o controle dos movimentos do corpo na hora do recreio conformavam uma economia gestual e motora que distinguia o aluno escolarizado da criança sem escola (2000, p. 25).

Com a implementação de método simultâneo e da seriação evidencia-se, mesmo que não para todos, que os grupos escolares estavam a serviço do objetivo maior das elites de transformar habitantes em cidadãos brasileiros, dotados de uma identidade nacional. Converter essa massa no que Foucault (1999) convencionou chamar de corpos dóceis, aqueles que podem ser submetidos, utilizados, transformados e aperfeiçoados, ou seja, corpos ativos economicamente e passivos politicamente.

É possível, através do exposto, fazer algumas considerações sobre a utilização dos espaços e o objetivo das elites republicanas brasileiras em produzir corpos dóceis.

As carteiras fixas e individuais na sala de aula conferem visibilidade a cada indivíduo, inclusive à professora, que são alvos de constante vigilância e controle. Quanto mais visível, mais eficiente a fiscalização e a normatização. Segundo Foucault:

É preciso anular os efeitos das repartições indecisas, o desaparecimento descontrolado dos indivíduos, sua circulação difusa, sua coagulação inutilizável e perigosa. [...] Importa estabelecer as presenças e as ausências, saber como e onde encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um. Procedimento, portanto, para conhecer, dominar e utilizar (1999, p. 123).



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

O mobiliário escolar mantém relação direta com o método de ensino. Para a implementação do ensino simultâneo ele é reconfigurado, as salas de aula ganham uma nova base material que atua, também, como dispositivo de normatização. Conforme observam Castro e Silva:

Como parte desta base material, as carteiras escolares não são dispostas ao acaso nas salas de aula. A disposição guarda intenções previamente estabelecidas, ou pela vontade do professor e acompanhada de métodos de ensino, manuais, regulamentos, ou por lei (2011, p. 212).

Observa-se, também, que a utilização funcional dada aos pátios, submete os alunos à situação de vigilância e controle. Segundo Foucault (1999, p.123) “lugares determinados se definem para satisfazer não só à necessidade de vigiar, de romper as comunicações perigosas, mas também de criar um espaço útil”. A combinação de conferir visibilidade aos indivíduos e a utilização funcional dos espaços dão condições para que o controle sobre os corpos seja constante. Instaurando, de forma sutil e quase que imperceptível, a disciplina entre os alunos, diferenciando-os das crianças não escolarizadas.

Outro “detalhe” evidencia que a “máquina” de implementação da escola moderna está em ação: é o fato de perceber-se que o prédio escolar ostenta símbolos republicanos em locais de destaque, o que expressa que a escola está a serviço de ideais nacionalistas-republicanos. A esse respeito Escolano diz:

O edifício-escola, como se sabe, serviu de uma estrutura material para colocar o escudo pátrio, a bandeira nacional, as imagens e pensamentos de homens ilustres, os símbolos da religião, algumas máximas morais e higiênicas, o campanário e o relógio. (...) Isso expressa toda uma instrumentação da escola a serviço dos ideais nacionais, religiosos e sociomorais (2001, p. 40).

Em função das relações capitalistas que se introduziam no Brasil, novos tempos se instituíam na sociedade. O tempo não mais era governado pela natureza.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Agora o que impera é o tempo do relógio, do trabalho e da lógica do capital (SOUZA, 1998). Em função disso, os tempos escolares também são modificados, novos ritmos e referências de tempo precisariam ser construídos e legitimados. Pretendeu-se dotar os grupos escolares de normas e instrumentos de controle do tempo e dos horários escolares. Em consequência disso, novos instrumentos como os relógios, as campainhas, as sinetas passaram a fazer parte do cotidiano escolar.

Uma das grandes mudanças em relação aos tempos escolares deu-se no estabelecimento de horários a serem seguidos pelos professores em sala: agora as aulas eram rigidamente cronometradas, e os conteúdos cada vez mais abrangentes e extensos, distribuídos no decorrer dessas aulas. Segundo Foucault (1999, p. 131), “quanto mais se decompõe o tempo, quanto mais se multiplicam suas subdivisões, quanto melhor o desarticulamos desdobrando seus elementos internos sob um olhar que os controla, mais então pode-se acelerar uma operação”.

Essa nova temporalidade facilitava o controle pelas autoridades educacionais do trabalho docente. Através da implantação do que Souza (1998) chamou de “tempo moderno”, com seu ritmo industrial, busca-se uma melhor uniformização, homogeneização e maior produtividade da educação pública brasileira.

O ideal, para alguns inspetores de ensino, segundo Souza (1998) era que, através do estabelecimento dos horários, o trabalho docente fosse melhor fiscalizado. Ao entrar na escola através de uma rápida consulta ao horário escolar e ao relógio o inspetor saberia qual o serviço que estaria sendo realizado em cada sala de aula.

Ainda segundo Souza (1999, p. 220), “os horários operavam uma fragmentação do saber indicando o quanto aprender de cada matéria e a hierarquia de valores que uma possuía pelo tempo a ela destinado”. Percebe-se, ainda hoje, o quanto essa hierarquização entre as disciplinas é forte. Sempre se



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

privilegiou o ensino de cálculos aritméticos e da linguagem em detrimento das ciências humanas no Brasil.

A nova temporalidade e o espaço escolar atuam como dispositivos conformadores não apenas no momento de sua ação, pois são eles os responsáveis pelas primeiras aprendizagens das futuras gerações, e acabam por influenciar suas famílias também. Dessa forma, contribuem para o fortalecimento da instituição escolar. Segundo Escolano (2001, p. 43/44):

O relógio incorporado ao edifício-escola é um organizador da vida da comunidade e também da vida da infância. Ele marca as horas de entrada na escola e de saída dela, os tempos de recreio e todos os momentos da vida da instituição. A ordem temporal se une, assim, à do espaço para regular a organização acadêmica e para pautar as coordenadas básicas das primeiras aprendizagens.

Outra alteração temporal ocorrida logo no início do século XX diz respeito ao estabelecimento de um calendário escolar. As influências da sociedade se fizeram importantes, as festas religiosas e os períodos de colheita alteraram o funcionamento interno da escola. Também foram estipulados os feriados que comemoravam datas cívicas como dias em que não deveria haver aulas, seriam dias de festas nacionais. Segundo Souza, “o calendário da escola pública reforçou especialmente as datas cívicas, o que registra o papel exercido por ela na construção da identidade nacional” (1999, p. 217). O Estado, portanto, dita quais são os dias em que deve haver comemorações, o que deve ser celebrado no intuito de estimular um sentimento de nacionalidade nos educandos.

A “máquina” mais uma vez é acionada quando o Estado se apropria do conhecimento, coloca a escola como a detentora da verdade, descaracteriza e considera os saberes tradicionais como inadequados a fim de utilizar a instituição escolar e o saber a seu favor. Varela a esse respeito nos diz:



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

O Estado, (...) frente aos saberes plurais, polimorfos, locais, diferentes segundo as regiões, em função dos diferentes espaços e categorias sociais, através das instituições e agentes legitimados (entre eles, desempenharam um papel destacado, os professores) pôs em ação toda uma série de dispositivos com a finalidade de se apropriar dos saberes, de discipliná-los e de pô-los a seu serviço (1999, p. 90).

De posse do conhecimento, o Estado, através de técnicas e procedimentos que operam na escola, extrai o conhecimento do estudante que passa a incorporar novos valores e saberes, retirando-lhe qualquer possibilidade de autonomia no seu processo de aprendizagem. Estas técnicas, segundo Varela (1999), são: 1. A aquisição do conhecimento não depende da cooperação entre mestres e alunos, os mestres passam a ser encarados enquanto únicos detentores do saber; 2. A inculcação de que os conhecimentos possuídos pelos professores são neutros e imparciais; 3. Instauração de um aparato disciplinar de penalização e de moralização dos alunos. Para o efetivo êxito dessas técnicas o mundo das crianças e dos adultos passa a ser cada vez mais separado, enfatizando-se a ideia de que o lugar de educar crianças é na escola, através de profissionais dotados de formação específica para tal. Dessa maneira, a “máquina”, mais uma vez, atua por meio de discursos que pouco a pouco vão sendo naturalizados.

As elites republicanas, de posse do Estado, operam a “máquina” e fazem do Brasil um país escolarizado a partir da construção dos grupos escolares, que inauguram a educação moderna no país. Problematizar como se deu o processo de institucionalização desta escola que conhecemos hoje, tão presente na memória coletiva e social da população é romper com a ação de dispositivos disciplinares que, para o pleno funcionamento, deveriam permanecer na invisibilidade, na naturalidade. Questionar e refletir a escola que temos hoje é, sem dúvida, um dos caminhos para alcançarmos a educação realmente democrática e multicultural.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

REFERÊNCIAS

- CASTRO, Raquel Xavier de Souza; SILVA, Vera Lúcia Gaspar da. Cultura material: entram em cena as carteiras. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 39, p. 207-224, jan/abr. 2011.
- ESCOLANO, Augustin. Arquitetura como programa: espaço-escola e currículo. In: FRAGO, Antonio Viñao & ESCOLANO, Augustin. **Currículo, espaço, subjetividade: arquitetura como programa**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p. 21-57.
- FILHO, Luciano Mendes de Faria; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de educação**, n. 14, p. 19-34, mai/jun/jul/ago 2000.
- FOUCAULT, Michel. Os corpos dóceis. In: FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. RJ/Petrópolis: Vozes, 1999.
- ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. Educação escolar e higienização da infância. **Caderno Cedes**, Campinas, n. 59, p. 39-56, abril/2003.
- SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos da civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- VARELA, Júlia. O estatuto do saber pedagógico. In. SILVA, Tomaz Tadeu da. **O sujeito e a educação**. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 87-96.